

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DO RECÔNCAVO BAIANO

*Silvana Silva de Farias Araujo
Jean Marcel de Oliveira Araujo*

RESUMO

Apresenta-se o cenário de formação do português brasileiro, enfocando-se a sua demografia histórica, o consequente contato entre línguas diversas e ininteligíveis, as peculiaridades do sistema educacional do Brasil e o seu processo de urbanização, bem como as particularidades sócio-históricas do Recôncavo baiano, região que reuniu características muito propícias para a *transmissão linguística irregular* do Português.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do Português do Brasil; português afro-brasileiro; transmissão linguística irregular.

Introdução

Neste texto, numa perspectiva sócio-histórica, aborda-se a intrigante questão da identidade linguística brasileira. A estruturação adotada é a seguinte: primeiramente, faz-se uma abordagem da história socio-linguística do português do Brasil (PB), enfocando-se aspectos fundamentais para seu processo de formação. Posteriormente, na seção 2, enfocam-se alguns aspectos gramaticais já estudados a partir de dados gravados em comunidades rurais afro-brasileiras, comunidades essas muito importantes para a elucidação do português do Brasil (PB). Em seguida, faz-se, na seção 3, uma reflexão acerca da caracterização sócio-histórica do Recôncavo baiano, por se acreditar que essa região é um rico manancial para o desvendamento da realidade linguística

brasileira. E, por fim, expõem-se as principais conclusões a que se chegou com essa pesquisa.

1. A história sociolinguística do português do Brasil

A exposição empreendida, nesse texto, está em consonância com os pressupostos da linguística histórica, na medida em que se buscou realizar uma análise sócio-histórica do fenômeno linguístico, considerando-se, pois, aspectos socioculturais no entendimento da realidade linguística¹. Com isso, buscou-se comprovar, na seção 1.1, a hipótese de que alguns fatos da história externa do PB foram imprescindíveis para a configuração da identidade do PB, a exemplo do intenso contato entre línguas ocasionado pela forte presença de diferentes etnias no Brasil, durante os quatro primeiros séculos de formação da nação brasileira. Na seção seguinte, 1.2, por sua vez, focalizam-se outros aspectos da história externa do PB, também importantes, a saber: o precário sistema educacional brasileiro e o ruralismo da sociedade brasileira.

1.1 *A composição étnica do povo brasileiro*

A historiografia sobre a colonização brasileira demonstra que não foi apenas o elemento português que entrou na demografia do Brasil, mas também os autóctones e os africanos, bem como outros europeus que imigraram para o Brasil na condição de trabalhadores assalariados desde a primeira metade do século XIX. Contudo, a presença africana na cultura brasileira é notadamente mais visível, pois como assinala Andrade:

[...] desde os primeiros tempos, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, e escravidão negra e indígena coexistem desde o início da colonização uma vez que o próprio Duarte Coelho, já em 1542, solicitava ao Rei autorização para importar negros da África. [...] Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola e já acostumado ao regime servil na África, oferecia maior produtividade no trabalho que o in-

¹ MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

dígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios para o trabalho.²

É, por essa razão, que Houaiss afirma que o Brasil “*nasce com a diversidade*”³, o que, certamente, acarretou, no processo de formação do PB, um “*multilinguismo generalizado*” para ser um país “*multidialeto*”, com “*multilinguismo localizado*”, para usarmos expressões de Mattos e Silva⁴. Assim, cabe analisar a participação dos diferentes povos que contribuíram na formação do PB.

Quanto à participação indígena, é sabido que esta foi muito presente nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, conforme se observa, dentre outras fontes, no *Tratado Descritivo do Brasil*, de Soares de Sousa⁵, uma importante fonte de estudos sobre a colônia do século XVI. Essa presença indígena no Brasil colonial foi marcante, pois, dada a superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram de aprender a língua dos tupinambás, ocorrendo uma situação de bilinguismo. Porém, a partir do século XVII, o português se sobrepôs às línguas indígenas, favorecido, dentre outras razões, “pela extrema fragmentação do quadro linguístico ameríndio”⁶.

Quanto à presença africana no Brasil, esta veio a ser mais definida e duradoura, pois os africanos constituíram-se em mão de obra hábil, sem o pagamento de salários, possibilitando a realização do projeto agro-exportador europeu, visto que os indígenas apresentavam resistência ao trabalho escravo com o qual não estavam acostumados, como relata Staden⁷. A isto podemos acrescentar as epidemias e a baixa produtividade, além do baixo lucro do tráfico interno, uma vez que o limitado e incipiente mercado interno não

² ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 87.

³ HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985. p. 91.

⁴ MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. *Discursos*, n. 3, p. 75-92, São Paulo, 1993.

⁵ SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938.

⁶ CASTILHO, Ataliba de. O Português do Brasil. In: ILARI, R. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 239.

⁷ STADEN, Hans. *Dois viagens ao Brasil*. São Paulo. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1974.

favoreciam a circulação de capital na colônia⁸. Dessa forma, os africanos representaram um ótimo investimento.

Não há precisão quanto ao ano em que os primeiros africanos foram trazidos para o Brasil, o que há como certo é que no ano de 1549 o tráfico neegro foi oficializado. A partir dessa data, o intercâmbio entre África e Brasil será uma tônica no processo de colonização brasileira, mesmo após a Independência, em 1822, de modo que esse contingente humano esteve na base da formação da nação brasileira.

Assim, segundo informa Hasenbalg⁹, a predominância da etnia negra no Brasil foi notável, principalmente no século XVIII, de forma que, em 1700, a população total do Brasil era de trezentas mil pessoas, das quais cem mil eram brancos e cento e setenta mil, escravos de origem africana. Essa grande concentração de africanos no espaço brasileiro continua no período de 1700-1800 com as descobertas auríferas no estado de Minas Gerais, acarretando a necessidade de mão de obra, para além do que havia sido necessário com a cultura de cana de açúcar, conforme pode ser observado na tabela 1, a seguir:

<i>Etnias</i>	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1 – Composição étnica do povo brasileiro¹⁰

⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁹ HASENBALG, Carlos *apud* LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística)_Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 46.

¹⁰ Descrição extraída de MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado)_Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991. p. 163.

Assim, ao contrário do que ocorreu com a população autóctone, os africanos e afro-descendentes estiveram na base da pirâmide populacional brasileira, entre os séculos XVII e XIX, de modo que a maneira como eles falavam contribuiu bastante para dar uma feição brasileira à língua portuguesa.

Salienta-se, no entanto, que, no século XVIII, também vieram muito portugueses para o Brasil, atraídos pela promessa de fortuna fácil que o ciclo do ouro oferecia, aumentando a facilidade de acesso à língua alvo por falantes não nativos do português, fato esse que, aliado à situação acima exposta, colaborou, ainda mais, para imprimir características ao PB. Este começou, portanto, a ser moldado, já com suas principais características, sendo uma espécie de “português geral brasileiro”¹¹, marcado pelo que Lucchesi¹² denomina *transmissão linguística irregular* (conceito explanado na seção 2).

A propósito, no século XIX, outros fatos da sócio-história brasileira foram fundamentais na constituição do PB. No ano de 1808, por exemplo, a chegada à cidade do Rio de Janeiro de um grande número de portugueses (calcula-se cerca de dezoito mil) que fugiam da invasão francesa dobrou a população daquela cidade, capital da Colônia desde 1763. Esse fato sócio-histórico deve ter gerado reflexos na estrutura linguística do PB: o “chiamento” das sibilantes implosivas na pronúncia carioca, por exemplo, aos moldes da pronúncia portuguesa, é, comumente, apresentado como decorrente dessa relusitanização do Rio de Janeiro¹³. Por outro lado, deve-se salientar que o Brasil ainda recebia um grande número de africanos para trabalharem nas lavouras promissoras

¹¹ MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. RONCARATI, C. (Org.). *Gragoatá*, Niterói, n. 9, 2000. p. 19.

¹² Ver LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. Feira de Santana. *A cor das letras*, n.3, p. 73-100, 1999; LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000; LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 97-132, 2001a; LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002; LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

¹³ TEYSSIER, *História da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994. p. 80.

de café do Vale do Parnaíba, já que o tráfico negreiro só foi oficialmente proibido a partir do ano de 1850; sendo assim, o contato entre línguas foi sempre uma tônica na história sociolinguística do Brasil.

Ainda no século XIX, foi marcante para a feição da norma brasileira a vinda de imigrantes europeus e asiáticos para trabalharem no Brasil (a princípio, concentrados em estados das regiões Sul e Sudeste e agregados ao estrato baixo da sociedade), os quais também adquiriram a língua portuguesa sob condições especiais: como língua segunda, livres de normatizações. As primeiras tentativas de inserção do imigrante como mão-de-obra e para o povoamento ocorreram, segundo Costa¹⁴, desde o tempo de D. João, devido às medidas internacionais antitráfico e legislação brasileira voltada à abolição da escravatura. Quanto à província da Bahia, as tentativas de inserção do imigrante, segundo Lyra¹⁵, não lograram êxito, em virtude da forte resistência da oligarquia agrária vinculada a um regime mercantil escravista e ao sistema fundiário.

Desse modo, enquanto os índios permaneciam aldeados nos interiores mais longínquos, os escravos africanos uniam-se em situações de intensa diversidade linguística. Podem ser concebidas, assim, as seguintes situações de contato entre línguas na formação do PB: as diversas línguas africanas entre si; o português europeu com as diferentes línguas africanas, ou ainda, destas com uma língua geral brasileira. E, a partir do século XIX, a chegada dos imigrantes de diversas nacionalidades contribuiu para a ampliação da situação dialetal brasileira, principalmente no Sul e Sudeste brasileiros.

Diante dessa constatação, pode ser reconstruída a seguinte situação no macrocontexto da colonização brasileira: um grande número de indivíduos foi posto numa situação de grande fragmentação linguística, com línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis, de modo que se fazia necessária a adoção de uma língua em comum, enquanto instrumento de comunicação. Surgiu, então, a possibilidade de utilização da língua portuguesa - o elo entre povos tão fragmentados linguisticamente.

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. p. 149.

¹⁵ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)_Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.

Dado o exposto, na situação sócio-comunicativa dos primórdios aos oitocentos, acabou acontecendo uma situação de aquisição imperfeita no português, quando indivíduos adultos adquiriram um outro código linguístico, inclusive, com todas as marcas características do processo de aquisição/aprendizagem de segunda língua.

Assim, de forma alguma, pode ser descartado esse estágio da língua portuguesa do Brasil, como o fez Silva Neto¹⁶, ao propagar que, embora tenha havido a aquisição imperfeita do português pelos escravos, isso não chegou a afetar a língua do Brasil, caracterizada, segundo ele, por “um marcante conservadorismo e unidade”. Ao contrário, se considerados os avanços dos estudos sobre os processos aquisitivos de língua materna, em situações de multilinguismo, ter-se-ão fortes evidências em favor da contribuição da presença africana no Brasil desde o período colonial.

Outros fatores sócio-históricos importantes à formação do PB, correlacionados aos aspectos populacionais supracitados, são a escolarização (ou a falta desta) no período de formação da nação brasileira, bem como a predominância do sistema rural. Esses dois aspectos serão focalizados nas subseções seguintes.

1.2 Os reflexos da precária escolarização e da tardia urbanização na história sociolinguística brasileira

A respeito da importância do fator escolarização na formação do PB, a ausência de uma forte estrutura educacional no Brasil colonial propiciou que a língua falada no Brasil apresentasse características distintas do Português de Portugal (PP). Nesse aspecto, a julgar pela situação atual da escolarização no Brasil, não é difícil fazer ilações sobre o seu passado, pois se, hodiernamente, apenas alguns poucos têm acesso a uma educação de qualidade, essa situação deve ter sido ainda mais crítica no passado; devendo ser, portanto, o *déficit* educacional atual, um reflexo das políticas educacionais elitistas vigentes no Brasil, desde os inícios de sua colonização.

¹⁶ SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1951; SILVA NETO, Serafim da. *A língua portuguesa no Brasil: problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

Aliás, os estudos históricos comprovam isso. O processo de escolarização no Brasil começa, segundo Azevedo¹⁷, com escolas jesuíticas “de ler, escrever e contar” para os filhos dos índios e dos colonos. Contudo, conforme Romanelli¹⁸, a escolarização se distancia de seus objetivos originais: catequese para os índios e educação letrada para os filhos dos senhores de engenho. Dessa forma, “o plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real se distanciam”¹⁹, pois os índios foram catequizados, recebendo apenas instrução elementar, que permitisse a comunicação, e os instruídos foram os filhos dos colonos, os futuros sacerdotes e profissionais liberais na Colônia. Segundo Monroe, a educação escolar ministrada pelos jesuítas tinha seus objetivos voltados para a formação da elite intelectual destinada a liderança da sociedade colonial; privilegiava então o trabalho intelectual e desvalorizava o trabalho manual; seu universalismo, ou melhor, seu europeísmo, levava os estudantes a não se confrontar com as problemática da realidade concreta que viviam, além de separá-los cada vez mais da população.²⁰

◊ O ensino para os filhos das elites era orientado por dois caminhos: o que levava às carreiras eclesiásticas, dado pelos jesuítas na colônia ou em Coimbra, e o que levava para as profissões liberais, ministrado nas Universidades de Coimbra e Évora, contribuindo ambos os caminhos para a formação de uma minoria culta e letrada, e para uma realidade linguística polarizada.

Assim, por exemplo, Venâncio²¹, em um importante estudo sobre a migração e alfabetização no Brasil colonial, mostra que, na cidade de Mariana (1733-1738), 60% da elite era formada por portugueses com um alto nível intelectual, ao passo que 85% dos brasileiros daquela cidade eram analfabetos e acrescenta ainda que, quanto mais decrescia o número de imigrantes portugueses, aumentava o índice de analfabetismo naquela cidade mineira, o que mostra o descaso com a educação no Brasil colonial. Houaiss²² mostra conclu-

¹⁷ AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília: INL, 1976.

¹⁸ ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

¹⁹ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1995 p. 23.

²⁰ MONROE, Paul. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 67.

²¹ VENÂNCIO, Renato. Migração e alfabetização em Maria na colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. II, T.II., 2001. p. 391-399.

²² HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

sões semelhantes, em estudo mais abrangente: em fins dos setecentos, haveria apenas 0,5% de letrados no Brasil.

Tal situação agravou-se com a expulsão dos jesuítas da Colônia pelo Marquês de Pombal, em 1759. Com a saída dos jesuítas do Brasil, houve um retrocesso na educação, abandonada por mais de 10 anos. Só em 1772, teve início a Reforma Pombalina com a instalação de Aulas Régias e a cobrança do “subsídio literário”²³. Nesse sistema de Aulas Régias, os professores ainda seguiam a pedagogia dos jesuítas, mas, em 1798, abandonou-se o modelo jesuítico de ensino e optou-se por um novo modelo baseado no estatuto Pombalino. Surge, assim, a figura do professor leigo. E, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, verifica-se uma mudança considerável na Educação e na cultura: criação das primeiras unidades de ensino superior (faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro).

Se o fator escolarização for correlacionado aos aspectos populacionais já referidos, ter-se-á uma explicação acerca da distância entre a fala dos brasileiros com acesso aos direitos de cidadania e a fala daqueles que não os têm. Exposto de outro modo, como a população de etnias não-brancas, até o século XIX, representava a maioria da população brasileira e, até então, apenas 0,09% dos escravos eram alfabetizados²⁴ melhor delinear-se-á a bipolarização linguística do PB, dado que, desde as suas origens, a grande maioria da população era de etnia negra e analfabeta, enquanto que uma minoria era de etnia branca e letrada.

Nesse sentido, segundo apontam os resultados de um dos primeiros estudos sobre os processos de escolarização no Brasil, realizado no ano de 1872, existia no Brasil uma grande disparidade entre o número de habitantes alfabetizados (que era muito baixo) em relação ao número de habitantes com nível superior completo, havendo, assim, uma incongruência²⁵. Se for considerado o fato de a escolarização ser um fator responsável por levar à similaridade entre o PB e o PP, pois a norma-padrão ensinada nas escolas era (e ainda é) apoiada

²³ As Aulas Régias eram aulas avulsas, sustentadas pelo subsídio literário (espécie de imposto para pagar o salário dos professores), paradoxalmente criado 13 anos após o decreto que a instituíram, conforme explica XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

²⁴ VENÂNCIO, Renato. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. II, T.II, 2001. p. 391-399.

²⁵ Ver MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. RONCARATI, C. (Org.). *Gragoatá*, n. 9, 2000. p. 08.

no modelo europeu, conclui-se que a falta de escolaridade no Brasil levou, certamente, a se formar a diferenciação entre essas variedades.

A tardia urbanização da sociedade brasileira correlaciona-se aos dois aspectos sócio-históricos do PB expostos acima. É sabido que, durante muito tempo, o Brasil foi um vasto país rural, de modo que a vida urbana praticamente inexistia no Brasil colonial e no período do Império²⁶. Foi, a partir do século XIX, que essa situação passou a mudar, com a vinda da família real ao Brasil, e, posteriormente, no século XX, com a urbanização das cidades e, de modo geral, pela adoção de padrões citadinos.

Assim, com o aumento da urbanização no Brasil, devido principalmente a melhorias no sistema rodoviário e ferroviário, passou a haver uma maior interação entre as variedades rurais e as urbanas no Brasil, devido a fatores como: (i) a democratização do acesso ao ensino que passou a levar pessoas familiarizadas com o dialeto rural para a escola, bem como a admissão *improvisada* de professores sem a devida formação, que acabou, de certa maneira, por contribuir para o acesso à norma padrão dos alunos; (ii) a ascensão social dos imigrantes europeus e asiáticos, que acabou por levar para o seio da norma culta características do português “corrompido”; (iii) o avanço dos meios de comunicação, que propiciaram um maior acesso dos falantes das normas populares a variedades cultas do português.

Tais fatores fizeram com que houvesse uma mistura linguística no Brasil, ou melhor, com que certas mudanças linguísticas iniciadas no campo por falantes da norma popular fossem levadas ao convívio de falantes da zona urbana com maior nível de escolarização, como, aliás, observou Lucchesi, em um esclarecedor artigo sobre a formação da realidade linguística brasileira:

No decorrer do século XX, enquanto no português popular se verifica uma tendência de mudança “para cima”, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto), no português culto, assiste-se a uma tendência de afastamento do padrão normativo de matriz europeu, uma mudança que se pode definir como “para baixo”. Se é claro a influência “de cima para baixo” sobre as camadas populares,

²⁶ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, p. 57.

pode-se postular também uma influência “de baixo para cima” sobre as camadas médias e altas.²⁷

Dado o exposto, não se pode acreditar que a polaridade linguística, tão marcante no Brasil, embora tenha se amenizado nos últimos tempos, não tenha deixado marcas e contribuído para a formação da realidade linguística brasileira atual.

2. Retratos linguísticos de comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Bahia

Em pesquisas linguísticas, quando se toma como *corpus* dados coletados em comunidades rurais afro-brasileiras, sobressaem suas diferenciações em relação à língua normalmente utilizada pela população urbana, com uma escolarização razoável.

Na Bahia, por exemplo, no âmbito do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*²⁸, sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sob coordenação do Prof. Dr. Dante Lucchesi, por exemplo, já foram realizadas várias pesquisas que mostram a relevância do contato entre línguas no processo de formação da língua portuguesa do Brasil. São notáveis, nessas análises, os seguintes processos: i) perda ou variação da concordância de gênero “O meu casa é bonito.”; ii) perda ou variação na concordância de número “Os meu irmão são mais velho(s).”; iii) perda ou variação na morfologia verbal flexional “Nós foi na cidade.”; iv) perda ou variação de flexões de caso e gênero pronominais “Ela foi mais eu.”; v) perda da maioria das preposições “Feira faz muito calor.”

Para esses fenômenos linguísticos, o conceito teórico da *transmissão linguística irregular* é bastante pertinente de modo a lançar luzes para entendimento desses processos de diferenciação. Tal conceito vem designar processos de contato entre línguas, ocorridos na história, levados a cabo principalmente pelo projeto de colonização, nos quais a língua do dominador é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos, “sem ser originado uma

²⁷ LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 80.

²⁸ www.vertentes.ufba.br.

língua *pidgin* ou *crioula*, origina-se uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato”²⁹.

Pode-se afirmar, então, que, no Brasil, não houve um caso típico de *crioulização*, isto é, uma reestruturação original da gramática – com transferências de estruturas provenientes das línguas africanas – uma vez que, o acesso à língua alvo foi sendo paulatinamente facilitado pela vinda de grande número de portugueses para o Brasil, quer seja pela corrida do ouro, no século XVIII, ou pela relusitanização do Rio de Janeiro a partir de 1808, não deixando de ser a população falante da língua alvo nunca inferior a 30% da população brasileira, ao contrário dos casos típicos de *crioulização*, como no da formação do crioulo haitiano, cuja população falante, segundo Lucchesi³⁰, nunca passou dos 10%, durante todo o processo de colonização.

Contudo, não se pode deixar de se acreditar que as erosões e reestruturações da língua alvo tenham afetado a realidade linguística brasileira, principalmente, ao se observar a fala vernácula de grupos de falantes provenientes das classes populares, isto é, no português brasileiro popular, percebem-se marcas típicas de línguas modificadas por um processo de *transmissão linguística irregular* em seu processo de formação.

Neste momento, cabe expor alguns resultados de pesquisas sociolinguísticas empreendidas com dados de fala de moradores de comunidades de origem essencialmente africana. São pesquisas realizadas em quatro comunidades afro-brasileiras “isoladas”, a saber: Barra e Bananal (município de Rio de Contas - Ba); de Helvécia (município de Nova Viçosa - Ba); de Cinzento (município de Planalto - Ba) e de Sapé Alto (município de Valença - Ba).

Lucchesi³¹, ao analisar a concordância de gênero na comunidade de Hel-

²⁹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 273.

³⁰ LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística)_Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 64.

³¹ LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. Feira de Santana. *A cor das letras*, n.3, p. 73-100, 1999; LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística)_Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

vécia, identificou usos bastante destoantes do que se vê em variedades urbanas e rurais do PB. Foram encontradas ocorrências como: (1) Agora o sinhora lembra de tudo; (2) Os menina d'agora tudo achô coisa bom; (3) Luísa é premero filho!; (4) Maria, vorta, meu fio!; (5) ... se tirá o certidão de óbito do meu pai. O autor concluiu que o processo de variação e mudança segue o padrão observado nas línguas crioulas africanas, sendo tal semelhança a prova decisiva do caráter criouliizante da variação na concordância de gênero em Helvécia-Ba.

Araújo³², ao focar a expressão de posse referente à primeira pessoa do discurso no plural (com as formas alternantes *nosso*, *da gente* e *de nós*), encontrou sentenças como “(...) se papai **de nós**, governo, num dé esse dinhêro, nós num come”. A existência de expressões analíticas como essa pode ser interpretada como vestígios de um passado marcado pelo contato entre línguas, haja vista que em línguas crioulas, como os crioulos da ilha São Vicente e de Sotavento, no arquipélago de Cabo Verde, encontra-se a variação da forma sintética, como em “nossa casa é muito saba”, com a forma analítica, a exemplo de “A casa de nós é muito saba”³³. Nos dados de Araújo, é majoritária a expressão da posse pela forma *da gente*, ao contrário do que ocorre nas variedades cultas do PB, o que leva a se sustentar a hipótese da influência das línguas africanas na caracterização da realidade linguística brasileira.

A concordância de número no sintagma nominal é outro aspecto gramatical estudado nas variedades rurais afro-brasileiras. Andrade, estudando esse assunto, concluiu que a alternância entre a presença e a ausência de morfemas flexionais no PB, em contraste com ocorrido no PP, sustenta-se devido a fatores

³² Ver ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *Nosso, da gente e de nós*: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro. 2005. Dissertação (Mestrado)_Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. A variação entre formas sintéticas e analíticas na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no dialeto afro-brasileiro de Helvécia. *Hyperion* - Revista eletrônica do Instituto de Letras da UFBA, Salvador, n.07, p. 01-33, nov. 2004. Disponível em: <www.hyperion.ufba.br>. Acesso em: 12 jan. 2009.

³³ Ver ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. *Cabo Verde*: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1961; ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-história do Português do Brasil*: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. 1984. Dissertação (Mestrado)_Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003; SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

linguísticos e extralinguísticos e que o contato entre línguas na sócio-história brasileira explica a reduzida morfologia flexional, o que teria acarretado a perda da concordância nominal:

[...] na medida em que as análises aqui realizadas demonstram estar em consonância com o que parece ser mais sensato: a variação das regras de concordância do português do Brasil é função da formação sócio-histórica do país, marcada pelo contato entre línguas.³⁴

A concordância verbal, tema muito estudado com dados da língua urbana e da rural, é, sem dúvida, o tópico gramatical mais estigmatizado na língua portuguesa do Brasil. Não resta dúvida de que alguém dizer “nós foi” ou “a gente vamos” estará intimamente correlacionado com uma avaliação negativa dos ouvintes, já que estes relacionarão essas formas linguísticas com a pouca escolarização do falante ou ainda a proveniência da zona rural. Essa redução ou ampliação na aplicação das regras de concordância pode ser perfeitamente correlacionada com o contato entre línguas na sócio-história do PB, pois a morfologia flexional é um dos itens mais afetados em situações de mescla linguística, conforme pode ser visto nas línguas crioulas em geral.

Nesse sentido, Silva³⁵ constatou em amostras de fala gravadas em três comunidades rurais afro-brasileiras do Estado da Bahia um baixíssimo índice de aplicação da regra de concordância verbal, até mesmo quando comparado com os índices encontrados entre dados de fala de comunidades iletradas provenientes de centros urbanos. Tal constatação afigura-se como uma importante evidência empírica a favor da importância da influência de línguas indígenas e africanas na formação do PB.

Os estudos supracitados corroboram a necessidade da realização de estudos que confrontem dados de diferentes amostras do PB, de tal modo que as

³⁴ ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-história do Português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado)_ Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. p. 146.

³⁵ SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. 2003. Dissertação (Mestrado)_ Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

eventuais diferenças linguísticas entre as normas cultas e as populares fiquem evidentes, vindo a desautorizar afirmações de que a realidade linguística brasileira seja una e indivisível. Desse modo, chamamos a atenção para a necessidade de realização de estudos junto às comunidades do Recôncavo baiano, cuja justificativa é feita na próxima seção.

3. A importância do Recôncavo baiano na escrutinação da realidade sociolinguística brasileira

Quanto ao processo de povoamento do Estado da Bahia, Leão³⁶ afirma que, nos primeiros séculos da colonização, houve uma concentração da população ao longo da planície costeira. Nessa região, até o século XVI, havia uma predominância de comunidades de origens indígenas, a exemplos das vilas de Caiuru, Camamu e Boipeba. Esse predomínio da costa perdurou até o findar do século XVII, mesmo após a ordenação da coroa portuguesa no sentido de serem criadas povoações pelo Recôncavo, com o objetivo de serem oferecidos serviços jurídicos à população. Graças a essa ordem, foram criadas as vilas de Jaguaripe (1697), Cachoeira e São Francisco do Conde (1698).

Para se averiguar a presença africana na região do Recôncavo da Bahia, é interessante observar a exploração da cana-de-açúcar. A área canavieira estava localizada no Recôncavo e abrangia as localidades de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira e Salvador. Para a funcionalidade da área de *plantation*, havia ainda uma incipiente atividade de criação de gado e a plantação de fumo, pois este servia de moeda de troca na compra de escravos. Assim, no projeto colonizador português, o cultivo da cana-de-açúcar destacou-se, pois era uma grande oportunidade de se obter lucros com a exploração da colônia, principalmente porque, inicialmente, não foram encontrados, de imediato, pedras ou metais preciosos, tampouco especiarias.

Desse modo, como a cana-de-açúcar era praticamente escassa na Europa e ainda houve uma grande adaptabilidade sua ao solo brasileiro, a cultura canavieira concentrou-se ao longo de todo o litoral do nordeste brasileiro. O Recôncavo baiano mostrou-se particularmente favorável a esse projeto agro-

³⁶ LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões de desenvolvimento urbano (1500-1930). In: SILVA, S. C. B. de M.; LEÃO, S. de O.; SILVA, B-C. N. (Org.). *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

exportador, tendo se tornado, ao lado de Pernambuco, o grande centro produtor de açúcar da Colônia, firmando-se como um dos principais núcleos de povoamento do espaço brasileiro. É mister destacar que, dada à importância do cultivo da cana-açúcar, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, dando vez à escravidão negra e, em menor proporção, à indígena, aspectos que muito interessam a este estudo.

Além da cultura da cana-de-açúcar, foi muito importante para a presença africana no Recôncavo baiano o cultivo do café e do fumo. Segundo Leão³⁷, o café fora introduzido na Bahia depois de 1723 e se difundiu pelo Recôncavo e Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro.

Assim, ao iniciar o século XVII, o Recôncavo já se achava povoado havendo mãos de 90.000 pessoas, dos quais 50.000 escravos³⁸, fazendo surgir, segundo Araújo³⁹, no final do século XVII, para integrar a rede urbana do Recôncavo, da qual a cidade de Salvador também fazia parte, três vilas: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde. E já no início do século XVIII, foram criadas as vilas de Santo Amaro da Purificação, de São Bartolomeu de Maragogipe, de Abrantes do Espírito Santo e da Abadia.

Contudo, pode-se afirmar que, durante os dois primeiros séculos de povoamento da capitania da Bahia, os elementos urbanos apresentavam uma localização definida pela sua maritimidade. De fato, naquele contexto histórico, era muito mais preferível estar próximo ao mar, com facilidade de transportes, a estar no interior, onde não havia estradas, mas, sim, o desconhecido e povoado por aborígenes, alguns dos quais canibais. Essa situação veio a mudar consideravelmente com o cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, do café e de outros produtos alimentícios no Recôncavo, principalmente nos espaços onde hoje se localizam os municípios de Cachoeira, Valença e Nazaré. Essa região do Recôncavo, no processo de povoamento do Estado, logo se destacou, pois, é uma região, que, desde o século XVI, tem sido destacada pelos viajantes e cronistas coloniais como de solo muito fértil. A esse respeito, é conveniente a afirmação de Vilhena:

³⁷ LEÃO, op. cit., 1989.

³⁸ Cf. AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* (1954-1955). São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-168, 1957.

³⁹ ARAÚJO, Maria do Socorro Targino de. *Os núcleos urbanos do recôncavo colonial*. 1970. Tese (Concurso de Assistente)_Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970.

[...] sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis a dez léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, que a província tem nome; ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes chamam de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, aparece inexaurível, é o que principalmente reserva à cultura da cana-de-açúcar.⁴⁰

Além do solo, formado por massapés e tabuleiros, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia (Salvador) para o escoamento da produção favorecia uma significativa concentração de engenhos espalhados pelo Recôncavo. O engenho era uma grande propriedade açucareira com equipamentos para a moagem da cana e a produção do açúcar, mas também “um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade”⁴¹. Unidade social, econômica, política e cultural, definidora da estrutura e da essência da sociedade colonial brasileira, ele constituía uma forma complexa de exploração agrícola. Organizado em forma de um quadrilátero, o engenho era composto pela casa-grande, senzala, capela, casa do engenho e por instalações acessórias ou suntuárias (oficinas, estrebarias, cais).

No final do século XVI, Soares de Souza contava no Recôncavo 36 engenhos moentes e correntes: “vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois”⁴². E mais quatro engenhos estavam sendo construídos. No início do século XVIII, conforme estimativa de Antonil, existiam “cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior

⁴⁰ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. V. 1. Salvador: Itapuá, 1969. p. 175.

⁴¹ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 38.

⁴² SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938. p. 162.

rendimento”⁴³. Já no século XIX, Araujo⁴⁴ encontrou 1018 registrados no livro de “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, registrados entre 1807 e 1874, na província da Bahia, dos quais 807 localizavam-se na comarca da cidade da Bahia. Havia uma relativa concentração de engenhos tanto no termo⁴⁵ da cidade Salvador, quanto nas vilas, como São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Santo Amaro da Purificação, grandes áreas produtoras de açúcar do Recôncavo:

TERMOS	N ^{OS} DE ENGENHOS	%
BAHIA (SALVADOR)	167	20,7
SÃO FRANCISCO	141	17,5
SANTO AMARO	136	16,8
CACHOEIRA	88	10,9
AGUA FRIA	81	10,0
ABADIA	62	7,7
MARAGOGIPE	48	5,9
JAGUARIPE	44	5,5
ABRANTES	24	3,0
ITAPIRUCU	16	2,0
Total	807	100,0

Tabela 2 – Distribuição dos Engenhos – Comarca da Bahia⁴⁶

Nos termos de Salvador, São Francisco do Conde e Santo Amaro, concentrava-se 55% dos engenhos localizados no Recôncavo e, conseqüentemente, um grande contingente de escravos. E, desse percentual, 37,6 % estavam localizados no termo de Salvador. Segundo o autor, a existência de engenhos nas freguesias⁴⁷ do termo da cidade de Salvador permite verificar a proximida-

⁴³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. p. 140.

⁴⁴ ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. *Bahia: negra, mas limpinha*. 2006. Dissertação (Mestrado)_ Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 98.

⁴⁵ De acordo com Prado Jr., ao Brasil, Portugal estendeu tanto sua forma de organização do espaço como seu sistema político, não sendo criado nada de novo. Dividida em comarcas, a capitania (durante o século XIX, passa a se chamar província) constituía a unidade administrativa central. Essas eram compostas de termos, divididos, por sua vez, em freguesias. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 306.

⁴⁶ ARAUJO, op. cit. , p. 99.

⁴⁷ As freguesias eram, *lato sensu*, conjuntos de paroquianos, povoações sob o ponto de vista eclesiástico, clientela. Mas, tomando por base a definição cunhada por Nascimento (1986,

de entre as áreas urbana e rural, pois, mesmo ficando a maioria dos engenhos concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade, era possível encontrá-los nas chamadas freguesias “urbanas”, a exemplo das freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Santo Antônio além Carmo e Nossa Senhora das Brotas. A presença de engenhos nas freguesias urbanas da cidade da Bahia poderia ser explicada pelo aspecto rural também presente em algumas dessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas. A Tabela 3 mostra a distribuição dos engenhos nas freguesias do termo da cidade da Bahia⁴⁸:

TERMOS	N ^{os} DE ENGENHOS	%
SÃO PEDRO NO SAUIPE DA TORRE	37	22,2
SENHOR DO BONFIM NA MATA	20	12,0
N S DA ENCARNAÇÃO EM PACÉ	20	12,0
SANTO AMARO DA IPITANGA	14	8,4
N S DA PIEDADE EM MATOIM	10	6,0
N S DO Ó EM PARIPE	10	6,0
S MIGUEL EM COTEGIPE	06	3,6
SANTO ANTONIO ALÉM CARMO	04	2,4
SANTO AMARO EM ITAPARICA	04	2,4
SÃO BARTOLO MEU EM PIRAJÁ	03	1,8
N S DA VITÓRIA	02	1,2
N S DAS BROTAS	02	1,2
S. VERA CRUZ EM ITAPARICA	01	0,6
OUTROS (PRÓXIMOS A RIOS)	34	20,3
Total	167	100,0

Tabela 3 – Distribuição dos Engenhos Freguesias da cidade da Bahia⁴⁹

p. 29), a uma freguesia corresponde “Um espaço material limitado, divisão [político-administrativa] e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz [e por isso, deviam tomar] parte de suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e [serem] sepultados”. Este, embora pudesse ser dividido em bairros ou distritos, tinha por unidade mínima o quarteirão. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: FCEBA/EGEBA, 1986. p. 29.

⁴⁸ Segundo Araújo (2006, p. 55-56), a área inicial do termo da cidade da Bahia (como era conhecida Salvador até o século passado) corresponde, atualmente, ao território dos municípios de Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacupe, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freiras, Mata de São João, Pojuca, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz e parte dos municípios de Coração de Maria, Itanagra e Salinas das Margaridas.

⁴⁹ ARAUJO, 2006, p. 100.

Em um desses engenhos, o “Engenho Freguesia, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Matoim, foram feitas, segundo Pinho⁵⁰, duas avaliações de escravos, que deixa bem evidente uma realidade social marcada pela diversidade de línguas africanas. A primeira foi realizada perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto em 15 de março de 1811. Arrolaram-se 82 escravos, assim etnicamente distribuídos: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 07 jejes, 04 mulatos, 03 nagôs, 02 angolas e 01 mina. Em 14 de fevereiro de 1832, realizou-se a segunda com evidente redução do número de escravos para trinta e quatro: 15 criolos, 13 pardos, 09 cabras, 04 ussás, 04 mulatos, 04 jejes, 02 mestiços, 01 mina e 01 mendobi⁵¹.

Embora não seja possível precisar o número de escravos africanos trazidos para Recôncavo, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia”, que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas.

Os escravos, tanto africanos quanto os nascidos no Brasil, integravam a estrutura da sociedade do Recôncavo baiano, organizada sob a ótica das relações senhor-escravo. Conforme o modelo proposto por Mattoso⁵², por volta do início do século XVII, podiam-se identificar três grandes categorias sociais: no topo da pirâmide, o senhor de engenho e escravos e sua família; em seguida, trabalhadores especializados livres, em sua maioria de origem lusitana; e, por fim, os escravos: os qualificados; os domésticos e; os de eito (aqueles em maior número). No começo do século XIX, essa hierarquia apresentava-se sensivelmente enriquecida, mas conservada em sua feição de pirâmide: no cume, o senhor e sua família, seus parentes e agregados; em posição intermediária, os trabalhadores “livres” e “obrigados” (feitores, mestres-de-açúcar, etc.) e; na base, os escravos africanos e crioulos, de várias etnias, domésticos e do eito.

A diversidade da estrutura social fica bem evidente no relato sobre as funções executadas nos engenhos, feito por Antonil

⁵⁰ PINHO, Wanderley *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1982.

⁵¹ PINHO, op. cit., p. 253.

⁵² MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Babia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 155-169.

Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.⁵³

O autor evidencia a existência dos escravos, mas também de trabalhadores livres: “cada qual destes oficiais tem soldada”. Mas como ele explica o trabalhador livre (seis) aparece em menor quantidade que o escravo (duzentos): para cada trabalhador livre tinha trinta e três escravos.

Contudo, a diversificação da hierarquia social do Recôncavo não para por aí. De acordo com estudos recentes, à estrutura social baseada nas relações senhor-escravo pode-se acrescentar outros sujeitos, uma vez que permitia “uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil - destituídos de propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse”⁵⁴. À margem da economia de exportação, passava a existir, com o decorrer dos anos, uma população de indivíduos (homens brancos livres e pobres, negros forros, libertos, “fugidos”, e mestiços) e famílias que se constituíram uma classe camponesa⁵⁵ ou parte acessória da força de trabalho⁵⁶. Homens sem posses, estes indivíduos estavam vinculados às atividades residuais e ao domínio do fazendeiro: “Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas, ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ainda, as ocupações ligadas à criação de

⁵³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. p. 75.

⁵⁴ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1997. p. 14.

⁵⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru/SP: EDUSC, 2001. p. 123-170.

⁵⁶ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

gado”⁵⁷. Embora os homens livres e pobres tivessem permanecido apartados da produção para mercado, este setor localizou-os na estrutura social, definindo sua posição. Como salienta Eisenberg⁵⁸, essa mão de obra, que crescia por reprodução natural, emancipação do escravo ou imigração, foi muito utilizada nas relações de produção nos oitocentos.

Tal organização social desautoriza quaisquer afirmações genéricas acerca de uma realidade linguística una e indivisível para o PB, bem como para a região do Recôncavo da Bahia, para a qual se pode veicular a princípio uma situação linguística polarizada: de um lado, aqueles que se encontravam no topo da pirâmide com acesso à educação e, do outro, uma grande maioria da população alijada da educação, visto que não tinha como custear os estudos no Colégio dos Jesuítas e sua conclusão na Europa.

Nesse sentido, estudos linguísticos com dados coletados na região do Recôncavo baiano são fundamentais para que sejam investigadas quais foram as influências de fatos tão marcantes na sócio-história do PB, a exemplo da forte presença de africanos no Brasil colonial e imperial.

Conclusão

Conclui-se que o expressivo contato da língua portuguesa com os falantes de línguas autóctones e, sobretudo, com os africanos, que adquiriram o Português em situações precárias, bem como a aquisição da língua portuguesa pelos imigrantes europeus e asiáticos marcaram a história sociolinguística brasileira. Tais fatos só reforçam a crença de que esses contatos tenham sido importantes para a formação da realidade linguística brasileira e que, portanto, são imprescindíveis para o entendimento acerca da língua que se fala no Brasil.

Desse modo, para além das pesquisas em fontes históricas que demonstrem o processo de escolarização no Brasil e o processo de urbanização brasileira, é fundamental a pesquisa em comunidades rurais formadas por afro-brasileiros, já que tais comunidades guardam evidências das origens da língua portuguesa no Brasil, que urgem serem investigadas, inclusive, com dados empíricos.

⁵⁷ FRANCO, op.cit., p. 33.

⁵⁸ EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

ABSTRACT

The text presents the scene of formation of the Brazilian Portuguese, focusing its historical demography, the consequent contact between diverse languages, the peculiarities of the educational system of Brazil and its process of urbanization, as well as the Recôncavo baiano, region that congregated very propitious characteristics for the irregular linguistic transmission of the Portuguese.

KEY-WORDS: Formation of the Portuguese of Brazil; Portuguese afro-Brazilian; irregular linguistic transmission.

Recebido em 23/04/2009

Aprovado em 24/08/2009